

FÓRUM DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REGIÃO CENTRAL – FREICENTRAL



O FMEI foi criado em 1998 por setores da sociedade civil, organismos governamentais e não governamentais, conselhos e outros agentes sociais que reconheceram a importância de se constituir um espaço de mobilização, de veiculação de informações e de reivindicações no qual pudessem protagonizar políticas comprometidas com a infância e seu direito à educação de qualidade. São três frentes de ação: Mobilização, Informação e Formação.

Quinta Feira, 29 de setembro de 2016

Carta Compromisso Candidatos da Região Central, RS 2016!! Divulguem!! Encaminhem para assinatura!!

CARTA COMPROMISSO PELA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por ocasião do Encontro no FREICENTRAL, realizado em Santa Maria no dia 29 de setembro de 2016, com a participação de representantes de municípios da região central, RS, reafirmamos nossa pauta de mobilização e esperamos que candidatos aos cargos de prefeitos e vereadores dos municípios do Rio Grande do Sul se manifestem quanto à valorização e compreensão da Educação Infantil enquanto campo de conhecimento e de política pública intersetorial, interdisciplinar, multidimensional e em permanente construção.

Nesta “Carta Compromisso” destacamos pontos de nossa agenda a serem incorporados aos seus projetos/compromissos de campanha e de mandato, no caso de serem eleitos.

Para tanto, solicitamos a assinatura desta carta com vistas a firmar compromissos de efetivação e implantação dos mesmos, que, a partir de suas assinaturas, se eleitos(as) forem, estarão se comprometendo no avanço das políticas públicas para a Educação Infantil.

Comprometer-se-ão a:

- Apoiar à organização de Conselhos Municipais de Educação, órgãos colegiados e permanentes, do sistema municipal de ensino, com representação paritária e de caráter deliberativo, normativo e fiscalizador sobre os temas de sua competência. E, de modo a garantir câmaras e/ou comissões que tratem dos assuntos da Educação Infantil;
- Defender o ingresso no ensino fundamental para as crianças que completarem seis anos de idade até dia 31 de março e, consequentemente a conclusão da Educação Infantil com 5 anos e 11 meses de idade e, portanto, garantir para que as crianças menores de seis anos tenham o direito de viver a infância com tudo aquilo que este direito implica: o direito de brincar, de aprender ludicamente, de conviver em espaços com liberdade, com autonomia, por meio de práticas educativas respeitosas dos ritmos, das condições de aprendizagem, dos desejos e dos direitos das crianças a ampliar, pela formação, suas experiências humanas e culturais;
- Reconhecer a imensa defasagem quanto à oferta de vagas na Educação Infantil, sobretudo em relação ao atendimento às crianças com idades entre zero e três anos (creche) - residentes na cidade e no Campo-. Neste sentido, assumir como meta o atendimento de, no mínimo, 50% dessa população conforme estabelecido no PNE, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014;
- Garantir a implementação do Plano de Expansão da Educação Infantil do Campo, dos povos e comunidades tradicionais, conforme decreto nº.6.040/2007;
- Acompanhar e analisar os espaços destinados à oferta da Educação Infantil e, com especial atenção, aqueles que se destinam à ampliação das vagas para atendimento da obrigatoriedade, a defender que sejam espaços específicos e, no caso de não serem, como a abertura de turmas em escolas de ensino fundamental, que estes respeitem os parâmetros de qualidade no que tange aos espaços e o que constitui a experiência educativa na Educação Infantil, previstas em vários documentos normativos e orientadores, em especial nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009;
- Empenhar para que as escolas construídas com os recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) sejam rapidamente colocadas em funcionamento para atender crianças na faixa etária de 0 a 5 anos. E, além disso, cobrar do MEC a continuidade do

referido programa, como política nacional de colaboração e fortalecimento dos municípios, para ampliação do financiamento de construção de instituições de Educação Infantil, melhoria dos equipamentos e assessoramento técnico pedagógico, com foco nas metas municipais de ampliação do número de matrículas de quatro a seis anos - no pré-escolar, e para crianças de zero a três anos, na creche;

- Garantir políticas de ampliação progressiva da jornada de atendimento à criança na instituição educativa visando o tempo integral, estabelecendo, para tanto, metas e diretrizes de forma a assegurar estrutura física e demais condições materiais adequadas ao desenvolvimento integral das crianças;
- Desenvolver junto a rede de instituições de educação infantil do município e comunidades escolares, processos que favoreçam a implementação e revisão dos projetos políticos pedagógicos da educação infantil, tem como princípios orientadores a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- Fomentar e garantir a participação dos gestores, coordenadores pedagógicos e professores/as da Educação Infantil no planejamento e desenvolvimento de ações de formação continuada, as quais devem fazer parte do calendário escolar;
- Criar um grupo de monitoramento das ações do Plano Municipal de Educação com a participação de conselheiros da Educação, dos direitos da Criança e Adolescente, vereadores, etc. A estudar uma matriz de indicadores para este monitoramento, solicitando ajuda a grupos de pesquisa das universidades. Dar continuidade a implantação das estratégias que dizem respeito à Educação Infantil no Plano Decenal de Educação Municipal;
- Garantir que os profissionais que atuam na Educação infantil possuam planos de carreira que os valorizem, do mesmo modo, a formação exigida em lei. Afirmar o cumprimento da Lei nº 11.738/2008 do Piso Salarial que fixa vencimentos ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação e da Resolução nº 02 de 28/05/2009 do CEB/CNE, que veda qualquer diferenciação salarial em virtude de etapa ou modalidade de atuação profissional;
- Fomentar e garantir a realização de concursos públicos para o cargo de professor da Educação Infantil;
- Rejeitar creches noturnas e retrocessos das políticas atuais de Educação Infantil e de direitos das crianças.

Gostaríamos que, como candidatos (as) a Prefeitos (as) e vereadores (as), vossas senhorias assumissem desde já os compromissos acima especificados.

Assinam candidatos (as) ao cargo de Prefeito (a) e Vereadores (as)